

43º Encontro Anual da ANPOCS
ST 09 – Democracia e Desigualdades

AS PAUTAS DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2018

Ligia Paula Pires Pinto Sica (USP)

Fabiana da Mota Almeida Peroni (UNICAMP)

Heloisa Bianchini (USP)

Caxambu

2019

OS DISCURSOS DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2018

Ligia Paula Pires Pinto Sica (USP)

Fabiana da Mota Almeida Peroni (UNICAMP)

Heloisa Bianchini (USP)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto os discursos das candidatas ao cargo de deputada federal às eleições de 2018. O objetivo principal foi verificar quais são os discursos e pautas delas, bem como investigar se há alguma comunalidade de discursos e pautas entre candidatas do gênero feminino no Brasil. Também se pretendeu observar se estas pautas estão mais à esquerda do espectro político e mais ligadas a funções de cuidado, que é o que a literatura sugere acerca da atuação política feminina.

A pergunta de pesquisa principal foi: *quais os discursos e eventuais pautas defendidas pelas candidatas a deputada federal nas eleições de 2018?* Tem-se como hipótese que os discursos e pautas defendidos pelas candidatas seriam mais ligados à esquerda e a questões ligadas a temas considerados tipicamente femininos, como saúde e educação.

A metodologia adotada para responder a esta questão foi a distribuição de questionários a todas as candidatas ao cargo de deputada federal cadastradas no site do Tribunal Superior Eleitoral. Estes questionários possuíam perguntas sobre dados socioeconômicos e relativos à trajetória política das candidatas, informações sobre pautas e posicionamentos políticos que estas defendem, tanto em relação a pautas de grupos sociais sub-representados quanto em relação a temas presentes no debate público, bem como dados sobre utilização de redes sociais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura do campo da Ciência Política indica interações relevantes entre gênero e posição política, que se apresentam tanto em relação ao comportamento eleitoral feminino quanto a respeito das pautas defendidas pelas candidatas no Poder Legislativo. Estudos sobre o tema também relatam a presença de fatores mediadores da correlação entre gênero e posição política, como idade, declínio do número de casamentos em um dado país, dentre outros. Logo, muitos destes fatores são de natureza socioeconômica.

Há alguns fatores principais que permitem distinguir entre posicionamentos políticos de direita e esquerda. Normalmente, identifica-se a direita com o conservadorismo e a esquerda com o progressismo e a com ênfase na inclusão de grupos até então fora da esfera política¹. Enquanto a esquerda estaria mais interessada em defender o ideal de igualdade, e o papel do Estado na promoção deste valor, a direita teria como princípio a defesa da liberdade do ser humano em face ao arbítrio estatal².

Hoje, um dos debates principais entre essas duas tendências de posicionamento é relativo à conveniência da intervenção do Estado na economia. A tônica da discussão são os papéis que o Estado e o mercado devem ou não assumir na sociedade. Enquanto a esquerda entende que o Estado deve ter um papel protagonista na regulamentação do mercado, a direita afirma que os agentes de mercado são, em grande medida e em relação à maioria dos assuntos, capazes de se autorregular de maneira eficaz.

Os primeiros estudos na Ciência Política sobre o tema verificaram uma tendência de o voto feminino ser comparativamente mais conservador³. No entanto, atualmente há uma tendência tanto nos Estados Unidos quanto em diversos países europeus de migração do voto feminino para a esquerda⁴. Este

¹ Bobbio (1996).

² Dworkin (2005).

³ Inglehart e Norris (2005).

⁴ Giger (2009).

movimento se iniciou nos EUA nos anos 1980 e na Europa apenas no último milênio.

Teoriza-se que este realinhamento político tenha resultado da modernização social destes países. Tal modernização se expressaria pelo maior ingresso da mulher no mercado de trabalho, melhoria das oportunidades educacionais e mudanças nas relações familiares⁵.

Pesquisa realizada na Europa Ocidental e no Canadá revelou que mulheres jovens são o setor populacional mais à esquerda na amostra estudada, enquanto as mais velhas seriam o setor populacional mais à direita, comparadas a homens e mulheres de todas as idades⁶. Estas estariam mais à direita devido a valores religiosos, e aquelas por apoiarem igualdade econômica e políticas de redistribuição de renda.

Outro trabalho⁷ atribui esta guinada à esquerda de eleitoras não ao declínio da religiosidade, e sim ao declínio dos casamentos e aumento dos divórcios. Constatou-se uma correlação entre estas últimas variáveis e o crescimento do Partido Democrata entre mulheres. Segundo os autores, no geral há uma transferência de recursos no casamento do homem para a mulher, e com menos casamentos, as mulheres se tornam mais pobres, e menor PIB per capita seria um bom preditor da presença do posicionamento político progressista.

A despeito da existência dos partidos fisiológicos, que não possuem programa nem identificação ideológica claros⁸, e da ausência de forte identificação partidária entre os votantes⁹, a divisão entre direita e esquerda permanece no Brasil para eleitos e para eleitores¹⁰. Pesquisas mais recentes indicam uma tendência de polarização política no país – o Brasil ficou em 7º lugar

⁵ Inglehart e Norris (2000); Inglehart e Norris (2003).

⁶ Schorrock (2018).

⁷ Edlund e Pande (2001).

⁸ Samuels (1997).

⁹ Veiga (2007).

¹⁰ Santos (2008).

em um ranking de polarização política que incluiu 27 países¹¹ – o que sugere que esta divisão pode se aprofundar.

No contexto brasileiro, as mulheres também tendem a se posicionar mais à esquerda do espectro político, com visões menos tradicionais e conservadoras¹². Um comportamento eleitoral mais conservador por parte das mulheres estaria ligado, de acordo com o mesmo estudo, à adoção do catolicismo e à baixa escolaridade.

Há mais mulheres de esquerda (67%) do que homens (50%) no Parlamento¹³. O fato de as políticas eleitas estarem mais à esquerda pode indicar tanto que partidários da esquerda votam mais em mulheres, quanto um maior apoio material das candidaturas femininas por parte de partidos neste espectro ideológico¹⁴. Estudos relativos às Câmaras de Vereadores apontam, em direção contrária, que a maioria das vereadoras se elege em partidos de direita¹⁵. Outros, relativos a prefeitos e vereadores, não veem diferença ideológica entre gêneros¹⁶.

As deputadas de esquerda são oriundas de movimentos sociais ou constroem carreiras endógenas em seus partidos políticos, enquanto as deputadas de direita, em sua maioria, trilharam carreiras endógenas, mas possuem como origem diversos setores sociais e profissões (com destaque para educação)¹⁷. A literatura também descreve o fenômeno do familismo: isto é, mulheres eleitas em partidos de centro ou direita que se apoiaram fortemente em laços de parentesco na disputa por votos¹⁸.

Além disso, 80% das congressistas possuem nível superior completo, taxa muito superior aos 12,5% da população brasileira feminina¹⁹. A escolarização das parlamentares também é superior à de seus pares do sexo masculino. Possivelmente a discriminação de gênero na disputa eleitoral é em parte

¹¹ Ipsos (2018).

¹² Matos e Pinheiro (2012).

¹³ CFEMEA (2007).

¹⁴ Araujo (2005).

¹⁵ Bohn (2009).

¹⁶ Miguel e Queiroz (2006).

¹⁷ Reis (2010).

¹⁸ Araujo (2001); Araujo (2010); Ferreira (2010).

¹⁹ Sanchez (2017).

compensada por esse fenômeno de hiperqualificação²⁰. Este fenômeno também é visível no caso de prefeitas e vereadoras eleitas²¹.

Quanto às pautas, a maioria das parlamentares é de esquerda e defende pautas feministas, mas há uma minoria conservadora²². Há um consenso em relação às pautas tradicionalmente femininas, como combate à violência contra a mulher, mas dissenso em relação a pautas como aborto, o que pode se dever ao fato de que 65% delas são católicas²³.

As comissões e projetos de lei relacionados a temas tradicionalmente feminina contaram com maior participação de mulheres²⁴. Também foi constatada a presença de uma divisão sexual do trabalho²⁵ entre os congressistas²⁶. Enquanto os deputados trabalham com temas como interação entre os Poderes, economia e tributos, as mulheres ficam com pautas de saúde, educação e cidadania. Esta segregação não é apenas horizontal, relativa a temas: ela também é vertical, pois os cargos mais importantes das comissões mais importantes são majoritariamente ocupados por homens.

Uma explicação possível pode partir da socialização feminina e da divisão sexual do trabalho numa perspectiva mais ampla. Pesquisas indicam que mulheres desempenham muito mais atividades voltadas ao espaço doméstico, ao cuidado e às crianças do que homens, seja de forma gratuita, em suas famílias, seja como trabalho remunerado. Isto seria reproduzido e reforçado pela socialização diferenciada de meninos e meninas, ocorrida tanto no âmbito familiar quanto nas instituições de ensino.

Algumas teóricas, como Carol Gilligan²⁷ observaram em experimentos psicológicos que estes processos não apenas fazem com que mulheres tenham maior afinidade com funções de cuidado. Gilligan afirma que homens e mulheres

²⁰ Miguel e Queiroz (2006).

²¹ Miguel e Queiroz (2006).

²² Sanchez (2017).

²³ Sanchez (2017).

²⁴ Reis (2010).

²⁵ Hirata e Kergoat (2007).

²⁶ Reis (2010) ; Sanchez (2017).

²⁷ Gilligan (1982)

criados na sociedade ocidental possuem diferentes formas de raciocínio ético e moral. De acordo com Chodorow²⁸, nas famílias heteronormativas o sentido do feminino é associado ao cuidado, pois as mães cuidam, e o do masculino é associado à distância e à abstração, pois os pais estariam menos presentes.

Como resultado disso, a moralidade dos homens seria pautada pela justiça, com a imposição de regras impessoais sobre reivindicações individuais parciais. A “ética da justiça” masculina teria como premissas um conflito entre duas partes, na qual necessariamente uma vence e a outra perde. Já o discurso moral feminino conteria uma maior valorização do relacionamento entre as partes conflitantes e do contexto do dilema moral. A solução seria buscada pela acomodação dos interesses das partes, ao invés da hierarquização baseada em regras²⁹.

Esta discussão tem implicações normativas relevantes. Algumas autoras afirmam que a solução para a desigualdade de gênero estaria não apenas na socialização e em papéis de gênero mais igualitários. Seria importante, sob este ponto de vista, atentar-se para que a igualdade não assuma o masculino como referencial³⁰. A consequência do argumento é de que a equidade de gênero exigiria uma valorização das funções de cuidado tradicionalmente desempenhadas por mulheres, sem que estas fiquem adstritas somente a estes papéis.

Este trabalho não busca discutir eventuais aspectos normativos relativos ao tratamento de uma eventual diferenciação entre os discursos morais e políticos adotados por homens e por mulheres. Sua proposta é obter e sistematizar dados empíricos que possam permitir a verificação de uma eventual comunalidade de interesses e pautas entre candidatas no Brasil, e se estas pautas estão mais à “esquerda” do espectro político e mais ligadas a funções de cuidado, que é o que a literatura sugere.

²⁸ Chodorow (1999).

²⁹ Chamallas (1999).

³⁰ Tronto (1987).

3. METODOLOGIA

Adotou-se como metodologia envio de questionário para todas as candidatas a deputada federal em 2018 listadas pelo TSE. O questionário foi construído coletivamente dentro da ONG Mulheres do Brasil, e contou com perguntas sobre nível socioeconômico das candidatas, atuação política prévia, pautas e propostas. A primeira seção solicitou dados como: partido, coligação, localidade, idade, cor/raça, escolaridade, quantidade e número de filhos, tempo de atuação na política partidária, afiliação a movimentos sociais e relações familiares com políticos já existentes. Agradecemos às voluntárias da ONG Mulheres do Brasil e parceiros, que enviaram manualmente os questionários a todas as potenciais respondentes.

Já a segunda seção buscou mapear a adesão a pautas e propostas, divididas por macrotemas (economia, educação, ética e administração pública, inclusão social, meio ambiente, segurança, saúde). Também buscou-se apurar a presença de pautas relativas a grupos socialmente vulneráveis (mulheres, pessoas negras, LGBTQs, pessoas com deficiência, imigrantes e índios). Por fim, perguntou-se às candidatas sobre suas atuações nas redes sociais.

4. PERFIL DA AMOSTRA

A pesquisa teve 183 respondentes, sendo que cerca de 33% delas são de partidos de registro recente (após 2011). Dentre estes partidos, destacam-se o NOVO e a REDE, respectivamente em 1º e 3º lugar quanto ao número de participantes. Em 2º lugar ficou o PSOL. Isto indica que a amostra não é representativa das candidatas brasileiras como um todo, pois predominam os partidos pequenos, recentes, e de perfil mais marcadamente ideológico.

Refletindo as afiliações partidárias, 17% das respondentes disseram apoiar o candidato João Amoêdo (NOVO), 14% eram partidárias de Marina Silva

(REDE), 11% de Geraldo Alckmin (PSDB), 11% de Guilherme Boulos (PSOL) e 9,84% de Jair Bolsonaro (PSL).

No entanto, apesar de contar com uma amostra numericamente significativa, sua representatividade pode ser ao menos parcialmente enviesada por conta das diferentes taxas de resposta observadas em diferentes estados. A maioria da amostra (cerca de 50%) concorria para deputada federal no estado de São Paulo, e em 2º e 3º lugares ficaram o Paraná e o Rio de Janeiro. Já em alguns outros estados, principalmente do Norte e do Nordeste, a amostra representou cerca de 1% do total. Não houve respondentes nos estados do Acre, Rio Grande do Norte e Piauí.

Em relação ao Estado, vê-se, como já dito, uma concentração em estados do Sul e Sudeste, em especial São Paulo: candidatas paulistas correspondem a cerca de metade da amostra. O Espírito Santo é o único estado da região que não figura entre os primeiros lugares. Isto sugere que a distribuição dos questionários provavelmente teve menor alcance nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quanto à cor/raça das respondentes, 61% delas eram brancas, contra 23% da cor parda, 15,3% da preta e 0,55% da amarela. Vê-se que a maioria das respondentes é de cor branca, embora exista participação expressiva de quase 40% de pessoas negras (pretos e pardos³¹). A razão desta proporção pode estar no fato de que a pesquisa alcançou principalmente estados das regiões Sul e Sudeste, como descritos acima, que concentram a maior parte da população branca do país. Por outro lado, o questionário pode não ter sido divulgado o suficiente entre candidatas não brancas.

Mais da metade das respondentes tem mais de 46 anos. As faixas etárias mais representadas são, respectivamente, dos 51 a 55 anos e dos 41 a 45 anos. A amostra indica um elevado perfil etário entre as candidatas, o que talvez indique

³¹ Adota-se aqui a nomenclatura padrão utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

certa percepção por parte delas de que para concorrer a um cargo como o de deputada federal é necessário um longo tempo de acúmulo de capital político.

Portanto, este trabalho possui limitações relativas à sua amostra, e, conseqüentemente, não permite a generalização de seus achados para o panorama político nacional. No entanto, os resultados trazidos podem ser esclarecedores em relação ao perfil socioeconômico e posicionamento de mulheres que ingressaram recentemente na política partidária e que provavelmente se identificam com o ideal da “nova política”, defendido por partidos menores e mais novos como o NOVO e a REDE.

5. RESULTADOS

Boa parte das respondentes (49%) concluiu pós-graduação ou especialização, e menos de 3% possuíam escolaridade inferior ao ensino médio completo. O fenômeno da hiperqualificação³² parece estar presente entre as respondentes da pesquisa. 75% possui filhos. O ingresso delas na política partidária se deu há pouco: 50% entrou em um partido há menos de 4 anos, e 29% há menos de 2 anos.

A maioria não assinalou nenhum dos perfis de liderança listados, mas dentre as que marcaram opções, a maioria era líder de movimentos sociais (36%) ou comunitária (22,4%), o que corresponde ao que a literatura diz sobre a importância dos movimentos sociais na construção do capital político feminino³³. As frentes indicadas por mais de 20% das candidatas foram: movimentos pela saúde pública, feminista, estudantil, ambiental ou pela inclusão de pessoas com deficiência.

Na amostra obtida, apenas 16% das candidatas tinham parentesco (incluindo casamento) com alguém que já estava na política formal. Ao menos

³² Miguel e Queiroz (2006).

³³ Araujo (2010); Reis (2010).

entre as respondentes da pesquisa não parecia se verificar o fenômeno do familismo, tão descrito pela literatura³⁴. Trata-se de dado esperado considerando as afiliações político-partidárias das respondentes, que costumam ter um discurso em prol da renovação de quadros na política.

Na primeira pergunta relativa a pautas, destinada a verificar em que medida as candidatas compartilhavam dos valores da ONG Mulheres do Brasil – que ajudou na distribuição dos questionários e na operacionalização da pesquisa – era possível que as candidatas marcassem, dentre 31 pautas, quantas quisessem como prioritárias.

Nos primeiros cinco lugares ficaram pautas relativas à melhora da condição feminina, à reforma política e à fiscalização do gasto público: combate à violência contra a mulher (77%); mulheres na política (74,9%); transparência do gasto público (71%); combate aos privilégios no gasto público (67,2%) e reforma política (62,3%). Vemos, assim, grande adesão aos discursos de renovação política e do combate à corrupção entre as candidatas.

Os dados também confirmam a existência de um certo “consenso feminista” em relação a pautas menos polêmicas em prol da mulher não apenas entre as eleitas, como indica a literatura³⁵, mas também na amostra de candidatas. Pautas mais genéricas relativas ao empoderamento econômico feminino também foram muito assinaladas, como maior número de creches e apoio ao empreendedorismo feminino. No entanto, propostas mais concretas, como cotas para mulheres no Legislativo e em conselhos de administração de estatais, tiveram apoio menor (40 e 25%, respectivamente).

As pautas menos assinaladas foram: avaliação do currículo mínimo nas escolas e respeito regional (19,1%); educação sexual nas escolas (18%); inserção do refugiado e outros imigrantes na sociedade e no mercado de trabalho (16,9%), educação anti-sexista (15,9%) e artesanato brasileiro (14,2%). Vê-se que duas das pautas assinaladas – educação sexual nas escolas e educação anti-sexista

³⁴ Araujo (2001); Araujo (2010); Ferreira (2010).

³⁵ Sanchez (2017).

– vêm sendo bastante rechaçadas pela chamada “pauta de costumes” do atual governo, o que parece ter provocado baixa adesão a elas entre as candidatas.

Na pergunta com o macrotema “mulheres”, era permitido que cada candidata marcasse até 5 pautas prioritárias. Mais da metade escolheu o combate à exploração sexual infantil e a promoção da saúde da mulher e da criança (72 e 61%, respectivamente). Pautas relativas a direitos sexuais e reprodutivos novamente não foram muito assinaladas, com a exceção do incentivo ao planejamento familiar, com quase metade das respondentes se dizendo a favor.

Apenas 34% marcou a necessidade de distribuição de contraceptivos pelo SUS, 15% priorizou o fornecimento de aborto seguro via SUS, e 14%, a legalização completa do aborto. Quanto aos temas ligados à violência e ao sistema penal, quase 50% escolheu o monitoramento da eficácia da Lei do Feminicídio, contra 41% em relação ao combate ao assédio sexual no trabalho, e 4,7% pelo fim da revista íntima em presídios.

Em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, 35% das respondentes escolheram prioritariamente a pauta da garantia de equidade salarial entre os gêneros, 19% a da ampliação da licença maternidade, e 12% a da equiparação entre licenças maternidade e paternidade. A proposta menos escolhida foi a de regulamentação da prostituição, selecionada por apenas 1,64% das respondentes, mesma porcentagem das que disseram que nenhuma pauta relativa a questões de gênero era relevante para suas campanhas.

Os resultados indicam, novamente, que o consenso das candidatas em relação a pautas tradicionalmente femininas não se estende a assuntos mais polêmicos como o aborto, como já indicado por outros trabalhos acerca das parlamentares eleitas³⁶. Uma certa influência da “pauta de costumes” também pode ser responsável em relação à baixa adesão a reivindicações voltadas à garantia de direitos sexuais e reprodutivos.

Na pergunta com o macrotema “pessoas não-brancas”, de mesmo formato que a de macrotema “mulheres”, 54% das respondentes assinalou a pauta de

³⁶ Sanchez (2017).

promoção da saúde da mulher negra, e 19,13% marcou a priorização do atendimento da mulher negra no SUS. Vale notar que cerca de 25% das candidatas afirmou que nenhuma pauta desta temática lhes era importante. Considerando que mais de 60% delas são brancas, isto indica certa falta de comunhão de pautas e laços de solidariedade políticos com pautas de outros grupos socialmente vulneráveis.

Esta mesma porcentagem se repete quanto a pautas LGBTs. No entanto, mais pautas relativas ao tema foram marcadas como prioritárias: 45% das respondentes assinalaram a favor da criminalização da LGBTfobia, 43% se disseram a favor de ações afirmativas para a população LGBT, e 30% apoiaram alguma forma de garantia para que pessoas trans e travestis possam utilizar o banheiro do gênero com o qual se identificam.

No macrotema “economia” – e os próximos macrotemas que serão apresentados – foi pedido às candidatas que assinalassem as três pautas que consideravam mais prioritárias às suas campanhas. As principais escolhidas foram reforma tributária (39,9%), controle da inflação (38,8%) e ajuste fiscal (31,2%). As três pautas menos assinaladas foram teto de gastos públicos com limites de gastos em saúde e educação (2,2%); priorização de países mais ricos nas relações comerciais (1,6%); e MP do Trilhão (1,09%).

No topo das pautas mais escolhidas, parece haver certo consenso entre as candidatas em torno da agenda econômica liberal. No entanto, as pautas menos escolhidas também fazem parte desta agenda – talvez tenham sido julgadas muito específicas ou pouco relevantes. As três pautas tradicionalmente ligadas à esquerda tiveram adesão comparativamente menor em relação às pautas liberais, mas ainda assim são números relevantes: tributação de grandes fortunas (24%); proteção da indústria nacional (21,3%) e imposto sobre lucros e dividendos (10,9%).

Quanto ao macrotema “educação”, as três pautas mais consideradas como prioridade foram: maior investimento na educação pública (88,5%); manutenção do FIES (54,10%) e manutenção do PROUNI (45,4%). Sobraram mais três pautas com menor adesão: cobrança de mensalidades nas universidades públicas para

os alunos que tiverem condições de pagá-las (35,5%); ensino de valores religiosos na escola (14,2%) e redução do currículo obrigatório do ensino médio (4,4%).

Vê-se que uma pauta da agenda econômica liberal (cobrança de mensalidades) e outra de costumes (ensino de valores religiosos) tiveram adesões significativas, mas reduzidas em relação a pautas que buscam manter políticas educacionais de financiamento estudantil instituídas em governos de centro-esquerda (FHC, no caso do FIES) e de esquerda (Lula, no caso do PROUNI). A manutenção de mais oportunidades de acesso ao ensino universitário parece ser muito relevante às candidatas, ecoando estudos que indicam que as eleitas são muito ativas no Congresso em pautas de educação³⁷.

Já em relação às pautas do macrotema “ética e administração pública”, as três pautas mais assinaladas foram o combate à corrupção (88,5%); diminuição de dispêndios de gabinete dos parlamentares (53,6%); fortalecimento da Operação Lava-Jato (41%). As três menos assinaladas foram: reforma da previdência social para o funcionalismo público (10,9%); financiamento público de campanha (8,2%) e políticos serem donos de emissoras de rádio e TV (3,8%).

Novamente, vemos a enorme influência do discurso de combate à corrupção e a favor da Lava-Jato, e de uma agenda econômica liberal voltada à diminuição do tamanho do Estado e do gasto público. Das três menos assinaladas, é notável que duas são pautas tradicionalmente de esquerda: financiamento público de campanha e vedação da propriedade de mídias por políticos (pauta ligada à democratização da mídia).

Quanto às pautas do macrotema “inclusão social”, as três mais escolhidas foram: defesa dos direitos humanos (54,1%); defesa da agricultura familiar (52,5%) e manutenção do Bolsa Família (34,4%). Já as menos escolhidas foram: não criminalização da ocupação de móveis desabitados por movimentos sociais pela moradia (16,4%); ampliação do Bolsa Família (15,3%) e não criminalização da ocupação de terras improdutivas por movimentos sociais pela terra (6%).

³⁷ Reis (2010); Sanchez (2017).

Ou seja, as pautas escolhidas são mais genéricas e de manutenção das políticas que já existem. O combate à criminalização da atuação de certos movimentos sociais e a ampliação de um programa social (Bolsa Família) parecem ser menos relevantes. A pauta de inclusão social parece estar bastante voltada ao apoio de iniciativas que já existem e à manutenção do *status quo*.

Já em relação às pautas do macrotema “meio ambiente”, as três mais escolhidas foram: saneamento básico (62,3%); despoluição de rios (50,3%); e políticas de reflorestamento e contra o desmatamento (46,5%). As menos escolhidas foram: preservação de áreas florestais da agricultura (11,5%); manutenção do Código Florestal (6%) e flexibilização do uso de agrotóxicos (4,4%). Novamente, pautas mais genéricas (como políticas de reflorestamento) são mais escolhidas, em detrimento de pautas mais específicas sobre o tema (como manutenção do Código Florestal).

Quanto ao macrotema “saúde”, as três mais assinaladas foram: maior investimento na saúde pública (82,5%); melhor fiscalização da aplicação dos recursos do SUS (77,6%) e manutenção da possibilidade de aborto em caso de estupro ou risco de vida da mãe (36,1%). As menos assinaladas foram: internação compulsória de dependentes químicos (30,6%); legalização do aborto em qualquer caso após três meses de gestação (19,7%) e legalização do aborto no caso de fetos anencefálicos e com microcefalia (10,9%).

Nota-se, novamente, certo consenso em pautas femininas, exceto naquelas mais ligadas à esquerda e aos direitos reprodutivos, como já indicado por trabalhos acerca do posicionamento político das parlamentares eleitas³⁸. A influência de questões religiosas provavelmente é relevante nas questões relativas às hipóteses de descriminalização do aborto.

Por fim, em relação ao macrotema “segurança pública”, as três alternativas mais assinaladas foram: redução da maioria penal (45,9%); fim dos autos de resistência (31,7%) e desmilitarização da polícia (25,1%). As menos assinaladas

³⁸ Sanchez (2017).

foram: intervenção federal no Rio de Janeiro (8,2%); legalização de todas as drogas (6%) e pena de morte (2,7%).

Esta pauta parece ser a que possui menos consenso. Entre as alternativas mais assinaladas, há uma pauta tradicionalmente de direita em primeiro lugar, e as duas restantes são bastante associadas à esquerda. Entre as alternativas menos assinaladas, também há duas pautas claramente de direita, e uma de esquerda (legalização de todas as drogas).

Os dados sobre atuação nas redes sociais deixam claro o protagonismo nessas redes nas disputas por votos que se dão atualmente. Dentre as respondentes, 98,9% disseram usar para campanha perfil de Facebook; 96,7% possuem conta no Whatsapp; 89,6% possuem página no Facebook; 85,2% possuem conta no Instagram, 51,9% possuem conta no Twitter e 49,2% possuem conta no Youtube.

Mais de 90% realizam postagens semanais no Facebook, pouco menos de 75% postam com esta periodicidade no Instagram, e mais de 25% o fazem no Twitter. Cerca de 50% utilizam posts impulsionados no Facebook para divulgar a campanha, contra mais de 20% no Instagram e menos de 10% no Youtube. Vê-se, portanto, que a utilização de redes sociais para realização de campanha é uma realidade para quase a totalidade das respondentes, e que muitas o fazem de forma relativamente planejada, com posts semanais e impulsionados.

6. CONCLUSÕES

A amostra deste trabalho é majoritariamente proveniente de partidos pequenos, de criação recente e caráter acentuadamente ideológico (em comparação com outros partidos, mais antigos e tradicionais), como o NOVO e a REDE. São mulheres mais velhas, altamente escolarizadas, que ingressaram há pouco tempo na política e de etnia majoritariamente branca. A grande maioria não

possui laços familiares com outros políticos. O fenômeno do familismo³⁹ não está presente na amostra, ao contrário do fenômeno da hiperqualificação⁴⁰.

Em relação às pautas adotadas, observou-se, como já indicado por outras pesquisas relativas às parlamentares eleitas⁴¹, um grande consenso entre as candidatas em relação a pautas de combate à violência contra a mulher. Pautas genéricas a favor da maior representatividade política feminina e estímulo ao empoderamento econômico de mulheres foram bastante assinaladas, mas quando eram mais específicas e relativas a ações afirmativas, perdiam boa parte do apoio.

Verificou-se, enquanto menos de 1% das candidatas viam pautas relativas a gênero como não prioritárias, cerca de um quarto delas desconsiderou pautas relacionadas a outros grupos, como pessoas não-brancas e LGBT, sugerindo que laços de solidariedade política entre mulheres e outros grupos socialmente vulneráveis são frágeis.

Notou-se também baixa adesão em relação a direitos reprodutivos, sendo que pouco mais de um terço das respondentes priorizaram a pauta da manutenção das hipóteses de descriminalização do aborto já existentes no Brasil. Trata-se, novamente, de resultado correspondente à literatura sobre parlamentares eleitas, que não costumam ter consenso em pautas voltadas a direitos sexuais e reprodutivos, principalmente por motivos religiosos⁴². Vê-se, assim, que o perfil das candidatas respondentes e das eleitas parece ser similar em muitos pontos.

Quanto aos macrotemas, percebeu-se que as candidatas possuem grande adesão em relação à agenda econômica liberal (notadamente a pautas de diminuição do gasto público), ao combate à corrupção e à renovação política. No entanto, nas pautas relativas à educação, notou-se apoio à manutenção da política educacional de governos anteriores. O tema da segurança pública parece

³⁹ Araujo (2001); Araujo (2010); Ferreira (2010).

⁴⁰ Miguel e Queiroz (2006).

⁴¹ Sanchez (2017).

⁴² Sanchez (2017).

ser o mais controverso, com nenhum consenso de esquerda ou de direita entre as pautas mais assinaladas. Foi possível observar, também, maior apoio das candidatas a pautas mais genéricas, em detrimento de pautas mais precisas e específicas.

Em relação às perguntas sobre o uso de redes sociais, notou-se que elas são amplamente utilizadas. Algumas delas são empregadas nas campanhas da quase totalidade das candidatas (como Facebook e Whatsapp). Boa parte delas realizam um uso relativamente planejado das redes, com posts semanais regulares ou posts impulsionados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia e Política*, n. 24, p. 193-215, 2005.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Left and Right. The Significance of a Political Distinction*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do Legislativo municipal. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, v. 35, p. 63-89, 2009.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). *Como parlamentares pensam os direitos das mulheres?* Pesquisa na Legislatura 2007- 2010 do Congresso Nacional. 2009. Disponível em:

<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/arquivos/pesquisa-cfemea-parlamentares>>, acesso em 21.09.2019.

CHAMALLAS, Martha. *Introduction to feminist legal theory*. New York: Aspen, 1999.

CHODOROW, Nancy. *The Power of Feelings: Personal Meaning in Psychoanalysis, Gender and Culture*. New Haven: Yale University Press, 1999

DWORKIN, Ronald. *Uma Questão De Princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EDLUNDE, Lena; PANDE, Rohini. Why have the women become left-wing? The political gender gap and the decline in marriage. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 3, p. 917-961, 2002.

FERREIRA, Mary. *Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão*. Maranhão: UFMA, 2010.

GIGER, Nathalie. Towards a modern gender gap in Europe? A comparative analysis of voting behavior in 12 countries. *The Social Science Journal*, v. 46, n. 3, p. 474-492, 2009.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. *Rising tide: gender equality and cultural change*. Oxford: Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. The developmental theory of the gender gap: women's and men's voting behavior in global perspective. *International Political Science Review*, v. 21, n. 4, p. 441-463, 2000.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Relatório de pesquisa, 2016. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf>, acesso em 13.05.2019.

IPSOS. *Mundo dividido*. Relatório de pesquisa, 2018. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/pt-br/mundo-dividido>>, acesso em 21.09.2019.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: *As mulheres nas eleições 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, 2012, p.47-89.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 248, 2006.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: The University of California Press, 1972.

REIS, Cíntia de Oliveira Santiago dos. *Representação política no Brasil: Uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986-2011)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. *Dados*, v. 40, n. 3, 1997.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. *Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHORROCKS, Rosalind. Cohort change in political gender gaps in Europe and Canada: the role of modernization. *Politics & Society*, v. 46, n. 2, p. 135-175, 2018.

TRONTO, Joan C. Beyond gender difference to a theory of care. *Signs*, v. 12, n. 4, 1987.

VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340–365, 2007.